

O NEOLIBERALISMO E A FORMATAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Ana Karine Ferreira da Silva Fechine¹
Márcia Maria de Sá Rocha²
Thanúsia Hensel da Cunha³

RESUMO:

Este artigo problematiza as políticas sociais dentro do contexto de advento do neoliberalismo, em que as relações de trabalho tornam-se flexibilizadas, precarizadas e com implicações para a profissão, enquanto classe trabalhadora. Com relação às políticas sociais, observamos um movimento de focalização e de mercadorização das mesmas, o que tem gerado consequências no âmbito da garantia dos direitos sociais, sendo este um terreno com focos de tensões, já que o Estado tem cada vez mais se mostrado mínimo na intervenção das expressões da questão social.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Política Social.

ABSTRACT

This article discusses the social policies of neoliberalism within the coming context in which labor relations become more flexible, precarious and implications for the profession while working class. Regarding social policy, we observe a focusing movement and commodification of them, which has led to consequences under the guarantee of social rights, which is a land of tension spots, since the state has increasingly been shown to be minimal the intervention of the expressions of the social question.

Keywords: Neoliberalism; Social policy.

¹ Assistente social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

² Professora Doutora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Seguridade Social e Serviço Social do PPGSS da UFRN

³ Assistente Social. Professora do Curso de Serviço Social da Faculdade do Vale do Jaguaribe. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

INTRODUÇÃO

Temos nas políticas sociais espaços privilegiados de atuação profissional do assistente social na realidade contemporânea, pois estas são expressões do Estado numa tentativa de dar respostas aos crescentes níveis de pobreza.

Nesse sentido, este artigo, através da revisão bibliográfica, vem problematizar o exercício profissional do assistente social no âmbito das políticas sociais, dentro de uma conjuntura de advento do neoliberalismo e com ênfase na particularidade brasileira.

No campo dos direitos sociais é perceptível a falta de acesso às políticas sociais, que estão cada vez mais focalizadas na extrema pobreza, ou seja, só têm acesso àqueles que estão na linha de pobreza, pois os que podem custear a educação, saúde, previdência, dentre outras políticas que são de responsabilidade do Estado passam a integrar o rol de cidadãos-consumidores das políticas sociais.

Sendo a questão social e suas expressões, objeto ou matéria de trabalho do assistente social, esta se manifesta sob a forma de desigualdade social acirrada no contexto da sociabilidade capitalista: pobreza, desemprego estrutural, baixa escolaridade, altos índices de drogadição, etc., portanto, constitui-se um desafio ao exercício profissional do assistente social haja vista que as políticas sociais não propõem um real movimento de erradicação das desigualdades sociais.

O NEOLIBERALISMO E A FORMATAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Sob o modo capitalista de produção, baseado na acumulação de riqueza, na divisão sócio-técnica do trabalho, e, por isso, exploração dos detentores dos meios de produção sobre os trabalhadores que possuem apenas a sua força de trabalho para vender, a desigualdade social é imperativa. As políticas sociais baseiam-se nas relações de produção e reprodução da força de trabalho e consequentemente do capital, por este motivo, não são entendidas como uma real redistribuição de renda e de riqueza, uma vez que a desigualdade e a pobreza no capitalismo não se extinguem, só aumentam.

Nesse sentido, devemos entender a pobreza enquanto fenômeno histórico (em sua totalidade) existente nos diferentes modos de produção. Porém, a forma como ela se expressa no capitalismo é a mais perversa, pois, no período de acumulação primitiva existia pobreza em virtude da escassez de recursos, já no capitalismo, existe o recurso, mas há uma distribuição extremamente desigual dessa renda.

A pobreza atua na manutenção e reprodução do capital e é usada por este para um maior controle social, aumento da exploração e consequente obtenção de mais-valia, já que por existir um exército industrial de reserva em caráter permanente, a classe trabalhadora muitas vezes precisa permanecer na “defensiva” para garantir a sua permanência no mercado de trabalho.

A política social tal qual conhecemos na atualidade passou por inúmeras transformações nas suas formas de proteção social. A priori, a assistência aos necessitados existiu de maneira repressiva, autoritária, passando posteriormente a ser paternalista e bondosa, mas, sem existir nessas conjunturas o interesse por parte das autoridades em incluí-la na perspectiva do direito⁴.

Não podemos precisar o período exato de surgimento das primeiras iniciativas de políticas sociais, mas podemos inferir que a sua institucionalização se deu com a origem da sociedade burguesa no modo de produção capitalista. Foi no momento em que a população tomou conhecimento da onda exploradora advinda com o capitalismo e passou a reivindicar as suas necessidades através de manifestações sociais, exigindo a interferência do Estado no reconhecimento de seus direitos sociais, contribuindo, dessa forma, para o surgimento de algumas iniciativas. Porém, esse atendimento muito mais se configurou para garantir a manutenção da soberania do capital do que o atendimento propriamente dito das necessidades da população (PEREIRA, 2008).

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social se configuram, então, enquanto respostas e formas de enfrentamento às múltiplas expressões da questão social⁵ no capitalismo. Quanto mais a sociedade se revelava capaz de produzir cada vez mais bens e serviços, mais aumentava o número de seus membros que, não tinham acesso efetivo a tais bens e serviços e viam-se despossuídos das condições materiais de vida. Segundo Marx, apud Netto (1996), o desenvolvimento capitalista, produz, compulsoriamente, a questão social: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital. As políticas não têm como objetivo extinguir todas as expressões da questão social, o seu limite esbarra na própria reprodução do capital, não podendo, assim, afetar a acumulação burguesa e pôr em risco a sua supremacia.

⁴ Sobre este assunto ver PEREIRA (2008).

⁵ “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão” CARVALHO e IAMAMOTO, (1983, p.77).

Mas, somente a partir da tomada de consciência política pela classe trabalhadora da sua condição antagônica (capital-trabalho) na qual estava submetida foi que os trabalhadores passaram a lutar por seus interesses a fim de diminuir a exploração e garantir direitos e oferta de serviços objetivando amenizar as expressões da questão social.

As políticas são frutos dessas reivindicações sociais, que são apropriadas pela classe no poder e repassada de uma forma que atendam às necessidades reivindicadas, mas, de forma que não afetem o percurso do capital. Dessa forma, Behring e Boschetti (2011, p. 64) afirmam que:

A generalização dos direitos políticos é resultado da luta da classe trabalhadora e, se não conseguiu instituir uma nova ordem social, contribuiu significativamente para ampliar os direitos sociais, para tencionar, questionar e mudar o papel do Estado no âmbito do capitalismo a partir do final do século XIX e início do século XX.

O Estado a fim de amenizar essas tensões instituiu as políticas sociais enquanto um conjunto de ações, de cunho preventivo, destinadas a oferecer serviços aos que dela necessitarem. Não são iniciativas apenas do Estado ou de indivíduos isolados, elas se consolidam através de relações políticas e econômicas que determinam a forma como devem ser desenvolvidas. Acaba, portanto, atuando na continuidade da propagação capitalista, pois, no âmbito político busca-se através da aceitação popular o controle da ordem social, no qual está inteiramente ligada ao setor econômico no que se refere à manutenção do trabalhador. É por isso que as políticas sociais são também mecanismos de reprodução da força de trabalho, os capitalistas aceitam a intervenção do Estado desde que este não suprima os seus ideais e a sua reprodução.

Na perspectiva do método crítico-dialético de Marx, as políticas sociais resultam das relações contraditórias entre Estado e Sociedade Civil e da luta de classes instaurada no processo de produção e reprodução do capital. Para entendermos a política social em sua totalidade faz-se necessário compreendermos as determinações históricas e econômicas do desenvolvimento do capitalismo, seu processo de acumulação, a luta de classes e a regulação do Estado.

Desse modo, as políticas sociais não podem ser analisadas somente a partir de sua expressão imediata como fato social isolado. Ao contrário, devem ser situados como expressão contraditória da realidade, que é a unidade dialética do fenômeno e da essência (BEHRING e BOSCHETTI, 2011 p. 39).

As políticas sociais assumiram diferentes características de condição de exploração no decorrer da história, e dentro do sistema econômico capitalista o que melhor atendeu as necessidades sociais da população foi o *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar Social.

O *Welfare State* ou Estado de Bem-estar Social surgiu após a Segunda Guerra Mundial em alguns países desenvolvidos e está ligado a um conjunto de serviços sociais promovidos pelo Estado à população cujo objetivo é garantir-lhes alguns benefícios de ordem igualitária e universal para que a mesma possa enfrentar uma sociedade capitalista crescente e excludente.

É nesse período que ocorreram mudanças significativas no padrão de intervenção social nas economias de capitalismo avançados como os Europeus, mas, essa intervenção social muito mais se configurou para preservar a força de trabalho através do oferecimento de serviços públicos e, assim, contribuir para a expansão econômica que o mundo estava vivendo cujo auge foi na década de 1950, chamado por Netto e Braz (2008) de “anos dourados”.

Mesmo nos países em que o *Welfare State* obteve maior êxito não conseguiu promover a igualdade de condições e na realidade brasileira não houve Estado de Bem-Estar, e, até a década de 1930, a pobreza era considerada problema de polícia. De acordo com Oliveira, (2009, p. 112):

[...] até a Constituição de 1988, uma característica da política social brasileira é o acesso a algumas medidas de proteção social apenas pela parcela da população que se encontrava formalmente no mercado de trabalho, configurando-se no que Wanderley G. Santos denominou de “cidadania regulada”.

Numa sociedade capitalista, as políticas sociais além de manterem o trabalhador ativo no processo de produção garantem auxílio à mão-de-obra impossibilitada de desempenhar sua função. Dessa forma, esses benefícios não atendem exclusivamente as necessidades de cada um, mas também as incapacidades, como por exemplo, nos casos de doenças e acidentes.

Também é importante compreendermos as transformações societárias ocorridas no contexto mundial advindas da crise do capital a partir dos anos sessenta, onde o mundo capitalista caiu numa profunda recessão provocando a sua reestruturação produtiva, que conforme Dias (1997, p. 14) é “a permanente necessidade de resposta do capital as suas crises”. Este processo articula todo o tecido social, redefinindo o papel do Estado e de toda organização social, acarretando transformações significativas ao mundo do trabalho.

Segundo Hayec apud Anderson (1995), a crise do capital ocorreu, dentre outros fatores, devido às reivindicações do movimento operário e o poder dos sindicatos que lutavam melhores salários e aumento nos gastos sociais por parte do Estado.

Esses dois processos destruíram os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que não podiam deixar de terminar numa crise generalizada das economias de mercado. O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo.

E a saída encontrada pelos defensores de uma política liberal para enfrentar essa crise se resumia a:

- 1) Estado máximo para conter a inflação e o poder dos sindicatos;
- 2) Estado mínimo para os gastos sociais e manutenção da taxa de desemprego;
- 3) Estabilidade monetária;
- 4) Diminuição da carga tributária sobre os rendimentos mais altos;
- 5) Desmonte dos direitos sociais (BEHRING, 2009, p. 24).

Então, o neoliberalismo surge nesse contexto como uma resposta política e ideológica contrária ao Keynesianismo e ao Welfare State em busca de alternativas para minimizar a queda das taxas de lucro e as altas taxas de inflação, a partir daí o ideário neoliberal começa a ter espaço na sociedade capitalista avançada. Objetivou-se enfraquecer as organizações sociais e sindicais e fomentar o exército industrial de reserva para assim desestabilizar o poder da classe trabalhadora e promover a desigualdade social. Por outro lado, o aumento do desemprego levou a ampliação de maiores gastos públicos por proteção social tão demandada por essa classe marginalizada do mercado de trabalho.

De acordo com Anderson (1995), o neoliberalismo surgiu na Europa e nos Estados Unidos após a II Guerra Mundial onde o capitalismo dominava e foi uma reação contra o Estado intervencionista e de Bem-estar que se operou no campo teórico e político.

A primeira experiência neoliberal em um país de capitalismo avançado foi na Inglaterra, no governo Thatcher (1979), posteriormente nos EUA (1980) no governo Reagan e em 1982 na Alemanha de Kohl. O neoliberalismo se diferenciou de país para país. Por exemplo, na Inglaterra podemos afirmar que foi o país onde o programa neoliberal se configurou mais drasticamente: aumento das taxas de lucro; diminuição dos impostos sobre os

maiores rendimentos; aumento do desemprego; redução dos gastos sociais; privatização e legislação anti-sindical (ANDERSON, 1995).

Na América Latina, a ideologia neoliberal teve por consequências o enfraquecimento do estado e o discurso de que tudo que é público é ineficiente e corrupto, ao contrário da iniciativa privada que aparece como sinônimo de eficiência e “austeridade”. Atualmente temos um Estado que sem dúvidas satisfaz mais as necessidades e interesses das classes dominantes do que as classes subalternas, já que percebemos que a sociedade no neoliberalismo aprofundou ainda mais sua heterogeneidade e fragmentou-se com alarmantes contradições e antagonismos sociais.

Hayec, citado por Anderson (1995) criticava o igualitarismo promovido pelo Estado de Bem-estar, pois, segundo este destruía a liberdade das pessoas e a concorrência. Para os objetivos/êxito do Neoliberalismo, a pobreza tem um papel relevante, isso significa que as “forças de mercado estão se movendo sem interferências e a reestruturação econômica procede tal qual se esperava”. O desemprego, por exemplo, é visto como um sinal de que a economia está se reestruturando por se tornar mais competitiva.

O neoliberalismo tem sua dinâmica de inserção própria para cada nação a partir das intermediações concretas entre a formação econômica, política, social e cultural, e que na formação brasileira, traz o favor como fator de mediação, em que a burguesia nacional faz do "Estado o seu instrumento econômico privado por excelência, trazendo mudanças significativas na sua ação reguladora, onde o "Estado mínimo" é "o Estado máximo para o capital" (NETTO, 1996, p. 100) visando com isto à supressão de direitos sociais e repassando à sociedade civil as suas responsabilidades, com radicais transformações no mundo do trabalho, criando regimes e contratos de trabalho mais flexíveis, passando a redução do emprego regular a trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado.

Todas essas medidas vêm para “atacar” a classe trabalhadora que vai ficar a mercê dos capitalistas, onde em virtude dos altos índices de desemprego colocado pelos neoliberais como um “mecanismo natural e necessário”, os trabalhadores para se manterem ativos diminuíram consideravelmente a quantidade de greves e tiveram os seus salários estagnados. Todos esses meios encontrados pelos neoliberais objetivavam um fim, que seria a restauração do capitalismo mundial e suas taxas de crescimento, porém, não foi isso que ocorreu, pois, na década de 1980 o comércio de mercadorias reais diminuiu em detrimento do crescimento financeiro, puramente monetário.

A acessibilidade aos direitos sociais nesse período terá nova configuração, pois as mudanças estruturais provenientes do novo modo produtivo capitalista provocaram maior desigualdade social, determinando novas expressões à questão social a partir da relação entre o trabalho e o capital, com a apropriação privada da produção coletiva do trabalho, causador estrutural das mazelas sociais.

AS POLÍTICAS SOCIAIS NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA

As políticas sociais na realidade internacional e na particularidade brasileira são contestadas pelos pensadores neoliberais, pois na concepção destes, incitavam e impulsionavam à crise do capital. Para Draibe (1993) o neoliberalismo se expande em dois momentos: em uma primeira fase que visava à superação da crise pela negação dos princípios social-democratas de regulação da economia e num segundo momento, tem dado uma maior ênfase nas políticas que sustenta do crescimento apoiado no aumento da competitividade sistêmica, e “no reforço à mecanismos de modernização e flexibilização das estruturas e fatores sociais, condizentes com as características das novas tecnologias” (p. 92).

Ainda de acordo com Draibe (1993)

Nos países latino-americanos, submetidos (ou em vias de) aos rigores dos ajustamentos macroeconômicos e à devastação social que vêm provocando, a receita neoliberal parecia estar contida no conjunto de prescrições de reformas dos sistemas de proteção social, orientadas para a sua privatização, descentralização, focalização e programas (fundos) sociais de emergências (p. 92).

Para a autora, as reformas econômicas ocorridas precisam ter sustentabilidade haja vista o agravamento da pobreza com a expansão do grande capital mundial, a mesma pondera que

Esta estratégia parte do reconhecimento de que a pobreza, o não-acesso de vastas camadas da população a bens e serviços básicos, agravou-se constituindo-se hoje *entrave* à modernização das economias e a sua conversão a formas mais descentralizadas, mais abertas, mais adaptáveis e dinâmicas do ponto de vista do ponto de vista tecnológico (p.93).

Noutras palavras, estas reformas estruturais devem ser também acompanhadas por reformas de cunho social que possibilitem a sua sustentação. Paralelamente, presenciamos com a expansão das diversas expressões da questão social, tais como o desemprego e

visualizamos um novo ciclo expansivo de contra-reformas liberais, visando uma reforma constitucional com implicações no âmbito dos direitos socialmente conquistados.

Em uma análise da política social no Brasil, especificamente tendo como lapso temporal a década de 1980 em diante com a promulgação da Constituição Federal, instala-se uma nova conjuntura na conquista dos direitos sociais a partir do que propõe a Carta Magna em seus fundamentos.

Apesar dos ganhos, temos como entrave o surgimento do pensamento neoliberal nos países capitalistas periféricos como alternativa única de enfrentamento à crise estrutural, com particularidades nos países da América Latina, sendo o ajuste sintetizado no que se denominou de “Consenso de Washignton”, o qual previa um conjunto de regras e padrões do capitalismo a ser seguido por diversos países para integração à ordem do capital e aos organismos internacionais.

Com o esgotamento do plano do Estado Nacional Desenvolvimentista, que determinava que o desenvolvimento econômico do país se sucederia com a aceleração da industrialização, temos que a política social no Brasil após a década de 1980, sofre inflexões a partir do surgimento do modelo neoliberal de ajuste, preludiado pelo governo de Collor de Mello e instalado na era Fernando Henrique Cardoso.

A conjuntura acima destacada, traz programas com recorte assistencial, e é marcada pela abertura da ideologia neoliberal no Brasil, tendo como direção principal: a privatização das empresas estatais; pela abertura a iniciativa privada no trato das políticas sociais, e é permeada pelos processos de reforma estatal, um deles ocorrido no governo de Fernando Henrique Cardoso, a exemplo do plano Bresser Pereira.⁶

Há uma nova desfiguração dos direitos sociais com o advento neoliberal no país e no âmbito da Seguridade Social brasileira esse processo se dá com corte direcionado às políticas da seguridade já no governo de Collor de Mello (1990-1992):

É nessa perspectiva mais ampla que se compreendem as investidas do governo Collor visando desfigurar a Seguridade Social; o Plano de Benefícios; o orçamento da Seguridade Social; Custeio e organização da Previdência Social; a Lei Orgânica da Saúde (LOS); o veto integral ao projeto de Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); as contramarchas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBE); as novas distorções no financiamento do seguro desemprego; e os desvios na regulamentação do artigo 8º da Constituição Federal (referente aos direitos trabalhistas e à organização sindical) (FAGNANI, 2005, p.393).

⁶ Plano Diretor da Reforma do Estado, dirigido por Bresser Pereira que preconizava, dentre outros elementos, as privatizações, a liberalização comercial e a disciplina fiscal (BEHRING, 2008).

Um forte marca presente nas políticas sociais como analisa Fagnani (2005) foi a sua “desorganização burocrática” (p. 412). As iniciativas presentes na era Collor eram intencionalmente direcionadas ao uso da política social como moeda de troca, sendo o Ministério da Ação Social (MAS) primordial no uso dessa estratégia:

As ações desenvolvidas pelo MAS tinham em comum a fragmentação de ações e programas; a pulverização de recursos em ações pontuais; a ausência de planejamento e de mecanismos de acompanhamento e controle; e a utilização preferencial da figura jurídica de convênios, mais ágeis e menos sujeitos a controle externo (FAGNANI, 2005, p. 412).

Nesse ínterim, tem se observado o veto à dispositivos importantes (como o veto integral à Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) na era Collor, sendo retomada a sua pauta apenas anos depois no período do Governo de Itamar Franco) na ótica dos direitos sociais e que o Estado neoliberal⁷ se mostra mínimo para os gastos com a proteção social e máximo para a expansão do livre mercado, reduzindo os custos com a seguridade social, e consequentemente gastos com a saúde, assistência social, educação etc. Estas passam a ser alvo de empresas privadas em um crescente processo de mercadorização no trato dos direitos.

As ações de caráter clientelistas se estenderam ao governo de FHC, com ênfase nas reformas engendradas no Estado neoliberal no período. Esse processo, denominado de *contrarreforma* estatal brasileiro ocorreu sob a justificativa de o Estado ser burocrático e ineficiente, rígido e lento; e dessa maneira propôs-se uma *reforma gerencial* do Estado (Behring, 2008). Entretanto, a reforma do estado não possibilitou mudanças estruturais, haja vista que:

Deve-se distinguir a reforma do Estado, como projeto político, econômico e social mais ampla, da reforma do aparelho do Estado, orientada para tornar a administração pública mais eficiente (BERHING, 2008, p.178).

Dessa maneira, com a abertura das ideias neoliberais no Brasil, sob os moldes da *contrarreforma* do Estado brasileiro, encontramos modificações na política social brasileira, pois apesar desta ter tido avanços no Brasil em meio às lutas e desafios, a partir sobretudo, do

⁷ Nos países periféricos (na América Latina e especificamente no Brasil), o neoliberalismo teve seu desenvolvimento marcado, dentre outros aspectos, pela venda do patrimônio público à empresas privadas (privatizações) e o aumentos das terceirizações dos serviços, gerando sérios prejuízos à classe trabalhadora na medida em que os direitos trabalhistas são relegados às empresas privadas, e além disso a instabilidade e o desemprego estrutural são marcas deste processo.

período de redemocratização brasileira na década de 1980 (pós-ditadura militar), resultando em avanços no âmbito social, culminando, por exemplo na instituição da assistência social como política pública integrante da Seguridade Social, vários processos de desmonte de direitos sociais vem sendo observados neste campo.

Uma das principais características da política social no período de FHC à Lula, prioritariamente dentro da política de assistência social no contexto de sua expansão, tem sido a ampliação de programas com caráter focalizado à extrema pobreza, com rigorosos processos de seletividade, como ilustra Behring (2008) que faz um balanço da política social nos tempos recentes no Brasil, com destaque à política de assistência social:

Ao invés de política pública, responsabilidade do Estado e direito universal assegurado no âmbito da seguridade social, a assistência social é colocada no rol de políticas públicas pelo setor não-estatal [...] Parcela significativa dos técnicos do Estado foram capacitados e formados na perspectiva do ajuste e na lógica das orientações das agências internacionais para a política social: a boa focalização, a otimização da relação custo-benefício, o estímulo ao setor privado e ao voluntariado (p.162)

Nesse contexto, ganham força as perspectivas de voluntariado e ajuda mútua, redirecionando o atendimento da política pública aos chamado terceiro setor, através de ajuda mútua e de caridade, com sérias implicações aos direitos sociais na medida em que transfere a responsabilidade do Estado na condução das políticas sociais. Sendo, nesse sentido, os/as assistentes sociais afetados enquanto trabalhadores/as inseridos/as nas políticas públicas, e o exercício da profissão tem se tensionado pela lógica das orientações são colocadas diante da conjuntura de acirramento das desigualdades sociais.

No Brasil, a questão social, expressa sobretudo, segundo Soares (2013), pelo desemprego estrutural, demandam políticas sociais de caráter universal e extensiva ao conjunto da classe trabalhadora através de uma ampliação da Seguridade Social à educação, lazer, segurança, aquém do que proposto pelo tripé Saúde/Assistência/Previdência Social.

Se fizermos uma análise das formas de proteção social existentes na atualidade brasileira, observaremos que a nossa seguridade social também prevalece relacionada à acumulação capitalista, através do trabalho “[...] incluídos o processo de assalariamento, as necessidades de manutenção e reprodução do trabalhador e a reprodução ampliada do próprio capital” (MOTA, 1996).

Sinteticamente, as políticas sociais brasileiras a partir da década de 1990 sofreram modificações, tornando-se focalizadas, com investimentos reduzidos, com a ideia de que os

gastos sociais prejudicam o rumo da economia. Na prática, os princípios contidos na Constituição Federal Brasileira de 1988 não estão sendo efetivados, o princípio universalista do direito muito mais atende a lógica neoliberal. Nesse sentido, Behring (2008, p. 36) afirma que a política social “configura-se [...] como um terreno importante da luta de classes: da defesa de condições dignas de existência, face ao recrudescimento da ofensiva capitalista em termos de corte de recursos públicos para a reprodução da força de trabalho”.

O SERVIÇO SOCIAL E AS POLÍTICAS SOCIAIS: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

O Serviço Social, como uma profissão desenvolvida a partir das necessidades sociais, é requerida e fundada quando o Estado passa a tratar a Questão Social, não mais apenas pela coerção, mas pela via do consenso, modificando as suas bases de produção a cada mudança do modelo econômico capitalista, tendo no momento atual o seu maior agravamento, já que a reestruturação produtiva, com a flexibilização do trabalho, o transformou em dimensões nunca antes processadas, trazendo dois tipos de trabalhadores: os de emprego fixo e os temporários, subcontratos.

Isto posto, entende-se que mesmo sendo as políticas sociais a área de maior intervenção do Assistente Social, a definição da Questão Social como elemento fundante da profissão se elucida por esta ser determinada pela relação do Estado e da sociedade, explicando e trazendo as políticas públicas como alternativa de apaziguamento das desigualdades sociais, originárias do modelo econômico.

Na área das políticas sociais, as propostas neoliberais têm na sua determinação as reduções dos gastos sociais, onde há redefinição das políticas públicas com redução dos direitos sociais, seguindo a lógica focalista, descentralizada e privatista, com o enxugamento do Estado na esfera das políticas sociais e transferência de suas responsabilidades à sociedade.

Ao desenvolver a análise da profissão do Serviço Social no mundo atual, coadjuvamos com Iamamoto (2009, p. 20) quando cita a necessidade de "romper com a visão focalista [...] olhar para o movimento de classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade". E que o profissional do Serviço Social, tem historicamente implementado políticas sociais, especialmente políticas públicas, mas no momento atual, a sua intervenção vai além da função de executores. Faz-se necessário trazer as demandas para a área da formulação das políticas sociais e ter como elemento fundante do seu conhecimento o desenvolver da capacidade de analisar criticamente a realidade, sendo este o seu meio de trabalho, ultrapassando a visão das

técnicas como instrumental para sua intervenção, o que lhe possibilitará a apreensão das modificações nela contida, criando espaços e possibilidades ao profissional.

Logo, percebemos que os assistentes sociais se deparam com desafios no decorrer do seu desenvolvimento enquanto profissão e não diferentemente na contemporaneidade, mas que é necessário elaborar estratégias de intervenção profissional, através de um exercício crítico e propositivo seja num mercado de trabalho cada vez mais exigente, seja na consolidação de um projeto profissional engajado na construção de uma nova forma de sociabilidade, sob a perspectiva da defesa intransigente dos direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo elucidou como problemática a discussão do Serviço Social como profissão condicionada pelo contexto de sociabilidade do capitalismo, permeado por desigualdades sociais. Dentro dessa discussão, podemos afirmar que as políticas sociais, terreno privilegiado de atuação profissional do assistente social, tem sofrido mudanças a partir do advento do neoliberalismo e dos ditames do “Consenso de Washington”, tornando-se focalizadas na extrema pobreza.

Na particularidade brasileira, observamos que a realidade em que se insere os assistentes sociais é de uma conjuntura adversa à garantia dos direitos socialmente conquistados, pois este contexto caminha na contracorrente do amplo acesso aos sistemas de proteção social, cada vez mais focalizados na extrema pobreza.

Podemos constatar, a partir disso, o terreno tenso de atuação profissional, com fortes implicações às condições e relações de trabalho materializadas no cotidiano profissional nos distintos espaços sócio-ocupacionais;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CARVALHO, Raul de; IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** São Paulo: 1983.

DIAS, E. F. A liberdade (im)possível na ordem do capital. **Reestruturação produtiva e passivização.** Campinas, IFCH/UNICAMP, 1997.

DRAIBE, Sônia M. **As políticas sociais e o neoliberalismo:** reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. São Paulo: Revista USP, n. 17, 1993.

FAGNANI, Eduardo. **Política Social no Brasil (1964-2002):** entre a cidadania e a caridade. Campinas/SP, 2005. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Universidade Estadual de Campinas.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, ano 17, n. 50, 1996.

OLIVEIRA, Íris Maria de. **Política Social, Assistência Social e Cidadania:** algumas aproximações acerca do seu significado na realidade brasileira. Disponível em: <http://www.cpihts.com/2003_10_19/Iris%20Oliveira.htm>, acesso em: 20 abr. 2015.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 1996.